



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



TERMO DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICO 01731/2023-7

ASSUNTO: RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL (RGF)
PERÍODO: 1º Semestre de 2023
UNIDADE GESTORA: 012E0700001 - Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco
RESPONSÁVEL: ENIVALDO EUZEBIO DOS ANJOS
C.P.F.: 562.520.487-04

Pelo presente Termo de Notificação Eletrônico, fica o responsável acima identificado **NOTIFICADO** do **ALERTA** emitido ao Poder Executivo Municipal de Barra de São Francisco, conforme disposto no §1º do art. 59 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), pelo fato de o jurisdicionado ter ultrapassado o(s) limite(s) abaixo relacionado(s), com base nas prestações de contas mensais referentes ao 1º Semestre de 2023 do sistema CidadES, como demonstrado no(s) quadro(s) a seguir:

Limite de Despesa com Pessoal - Executivo	Valor
Receita Corrente Líquida Ajustada para Pessoal – RCL Ajustada	169.599.248,33
Despesa Total com Pessoal – DTP	99.667.252,94
% da Despesa Total com Pessoal – DTP sobre a RCL Ajustada	58,76
Limite Máximo (54% da RCL)(Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF)	91.583.594,09
Limite Prudencial (51,3% da RCL)(Parágrafo único, Art. 22-LRF)	87.004.414,39
Limite Para Alerta (48,6% da RCL) (inciso II, § 1º, do art. 59 da LRF)	82.425.234,68

Descumprimento do Limite Legal

Obs.: Despesa com Pessoal no valor de R\$ 99.667.252,94 (correspondente a 58,76% da Receita Corrente Líquida Ajustada - RCL) acima, portanto, do Limite Máximo estabelecido de 54,00% da RCL.

DAS VEDAÇÕES

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 22

Art. 22 – [...]

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no [inciso X do art. 37 da Constituição](#);

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

DO PRAZO PARA ELIMINAÇÃO DO PERCENTUAL EXCEDENTE

Lei de Responsabilidade Fiscal, art. 23, caput; art. 65, caput, inciso I e Parágrafo Único e art. 66, caput
 Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro,[...].

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

[...]

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput no caso de estado de defesa ou de sítio, decretado na forma da Constituição.

Art. 66. Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.

§ 3º Na hipótese do caput, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

DAS PROVIDÊNCIAS PARA ELIMINAÇÃO DO PERCENTUAL EXCEDENTE

Constituição Federal, §§ 3º e 4º do art. 169:

Art. 169 - [...]

§ 3º - [...]

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º - Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal. [...]

Lei de Responsabilidade Fiscal, §§ 1º e 2º do art. 23:

Art. 23 - [...]

§ 1º - No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADIN 2.238-5)

§ 2º - É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADIN 2.238-5)

DA INDICAÇÃO DAS MEDIDAS CORRETIVAS ADOTADAS OU A ADOTAR

Lei de Responsabilidade Fiscal, inciso II do art. 55

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal [...]

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

[...]

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

DAS RESTRIÇÕES

Lei de Responsabilidade Fiscal, §§ 3º e 4º do art. 23:e § 2º do art. 63

Art. 23 - [...]

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

[...]

Art. 63. É facultado aos Municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes optar por:

[...];

II - divulgar semestralmente:

[...]

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

[...]

§ 2º Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Contas Anual (PCA) do CidadES ficarão desabilitadas para essa Unidade Gestora, sendo a ciência do termo condição necessária para restabelecer as funcionalidades do sistema.

Vitória, 19 de julho de 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO